

GT 15 – Educação Especial**POSSIBILIDADES E DESAFIOS NA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO SALA DE
RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NA REDE MUNICIPAL DE NATAL/RN**Érika Soares deOliveira Araújo¹KatieneSymone de Brito Pessoa da Silva²**INTRODUÇÃO**

No contexto atual, as escolas vêm sendo desafiadas a repensar a organização do ensino para atender as particularidades dos alunos que apresentam algum tipo de deficiência, visando contemplar o seu progresso na aprendizagem. Isso implica na reestruturação pedagógica, no investimento da qualificação dos profissionais atuantes e em serviços capazes de favorecer a inclusão escolar efetiva desse alunado.

Como estratégia pedagógica da escola para oferecer respostas às necessidades específicas dos alunos, propiciando o seu acesso ao currículo, conforme as diretrizes da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 e da Resolução CNE/CEB nº 02/2001, a Portaria Normativa nº 13 de 2007, dispõe sobre a criação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, com o objetivo de “[...] apoiar os sistemas públicos de ensino na organização e oferta do atendimento educacional

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Assessora Pedagógica da Equipe de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de Natal/RN e Coordenadora Pedagógica no Centro Estadual de Educação Especial – CEESP/Natal/RN. E-mail: erikasoaresoliv@yahoo.com.br

²Professora Adjunta I, integrante do Departamento de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN/Campus de Currais Novos – Doutora em Educação. E-mail:katienesy@gmail.com

especializado e contribuir para o fortalecimento do processo de inclusão educacional nas classes comuns de ensino” (BRASIL, 2007, p. 1).

O investimento nesse serviço, no contexto da escola em que o aluno está matriculado, decorre da possibilidade de que suas necessidades educacionais específicas possam ser atendidas e discutidas no cotidiano escolar e com todos os profissionais atuantes com tais alunos, favorecendo lhes, de fato, viver uma experiência inclusiva de desenvolvimento e de escolarização (ROPOLI, 2010).

Para solicitar e receber as Salas de Recursos Multifuncionais - SRM faz-se necessário que os Estados e Municípios atendam alguns critérios, tais como: as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação devem ter aderido ao Programa Todos pela Educação e apresentar suas demandas por meio do Plano de Ações Articuladas – PAR; ter matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais, dos quais envolve aqueles que apresentam: deficiência intelectual, deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência física e deficiências múltiplas, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação registradas no Censo Escolar/MEC/INEP³; dispor de espaço físico para instalação dos equipamentos e recursos da SRM e encaminhar professores com conhecimentos específicos na área da educação especial.

Frente a esse cenário, no decorrer do estudo, objetivamos apresentar reflexões acerca das implicações do processo de efetivação das Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas regulares do município de Natal/RN, na ótica de assessores pedagógicos atuantes na rede municipal. Para tanto, utilizamos a pesquisa descritiva buscando descrever os fenômenos relativos à Sala de Recursos Multifuncionais no âmbito local, baseando-nos na observação, descrição e classificação dos fenômenos observados (GIL, 1999).

IMPLANTAÇÃO DO PROJETO SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE NATAL/RN

Em consonância com as orientações previstas na Política Nacional de Educação Especial numa perspectiva Inclusiva, a partir de 2008, o município de Natal/RN passou a substituir pelas Salas de Recursos Multifuncionais, o Serviço de Apoio Pedagógico

³Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Especializado, conhecido como SAPES e instituído entre os anos de 2003-2004, em sete escolas-polo da rede de ensino.

De modo que, em 2013, do universo de 144 unidades de ensino, o município tinha 51 unidades cadastradas no Ministério da Educação com Salas de Recursos Multifuncionais do tipo 01, sendo 44 escolas de Ensino Fundamental e 7 Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI. Destas, apenas 33 escolas encontravam-se em funcionamento – 23 funcionavam nos dois turnos de aula e 10 funcionavam parcialmente – e 18 estavam com os equipamentos e materiais ociosos por falta de espaço físico ou de encaminhamento de professor por parte da Secretaria Municipal de Educação. Atuaram nas Salas de Recursos Multifuncionais, 50 docentes, atendendo a 438 alunos com algum tipo de deficiência matriculados no Ensino Fundamental.

No cenário da inclusão educacional, a sala de recursos multifuncionais constitui-se em:

[...] espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar (ALVES, 2006, p. 13).

Diz respeito a um serviço pedagógico ofertado aos alunos, através de estratégias, recursos e atividades específicas e adequadas as suas necessidades, com vistas a subsidiá-los no processo de aquisição do conhecimento em sala de aula comum, bem como de um trabalho de colaboração com os professores de sala de aula comum e demais profissionais da escola, profissionais especializados atuantes em instituições especializadas e de orientação às famílias. Esse atendimento visa um melhor desenvolvimento da aprendizagem dos educandos, no contexto educativo e, conseqüentemente, contribuir com a formação de um sujeito autônomo e ativo na sociedade.

Segundo as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, a função desse atendimento é “[...] identificar, elaborar, e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008, p. 15).

Desse modo, é preciso a identificar as necessidades apresentadas pelo aluno, através de observação em sala de aula comum, avaliação diagnóstica na sala de recursos

multifuncionais, entrevista com os professores e com a família; construir estratégias e organizar recursos que viabilizem a superação das barreiras identificadas, de forma a serem implementadas na SRM e em colaboração com os professores nos demais ambientes da escola.

Para promover essa dinâmica, a Resolução CNE/CEB, nº 4 de 2009, art. 12, destaca que para atuar no atendimento educacional especializado, o professor deve apresentar formação inicial que o habilite ao exercício da docência e formação específica na educação especial. A função do professor do AEE consiste em realizar o atendimento educacional especializado de forma complementar ou suplementar à escolarização, com base nas habilidades e necessidades específicas apresentadas pelos alunos com deficiência, requerendo as seguintes atribuições:

- Elaboração, execução e avaliação do plano de AEE do aluno;
- Definição do cronograma e das atividades do atendimento do aluno;
- Organização de estratégias pedagógicas e identificação e produção de recursos acessíveis;
- Ensino e desenvolvimento das atividades próprias do AEE, tais como: Libras, Braille, orientação e mobilidade, Língua Portuguesa para alunos surdos; informática acessível; Comunicação Alternativa e Aumentativa - CAA, atividades de desenvolvimento das habilidades mentais superiores e atividades de enriquecimento curricular;
- Acompanhamento da funcionalidade e usabilidade dos recursos de tecnologia assistiva na sala de aula comum e ambientes escolares;
- Articulação com os professores das classes comuns, nas diferentes etapas e modalidades de ensino;
- Orientação aos professores do ensino regular e às famílias sobre os recursos utilizados pelo aluno;
- Interface com as áreas da saúde, assistência, trabalho e outras (BRASIL, 2010, p. 8).

Além dessas atribuições, vale salientarmos que também compete ao professor da SRM, participar das reuniões pedagógicas, do planejamento com os professores, dos conselhos de classe, da elaboração do Projeto Político-Pedagógico, contribuindo com o desenvolvimento de ações conjuntas com os professores das classes comuns e demais profissionais atuantes na escola, com vistas a efetivação da inclusão escolar (ALVES, 2006).

No contexto local, temos observado que embora, os documentos oficiais esclareçam o perfil dos professores atuantes nessa área, tem sido comum a visão distorcida, por parte de alguns profissionais da escola – gestores, coordenadores, professores - no que se refere ao papel do professor que atua na SRM. Costumam afirmar que tais profissionais “não fazem nada”, “atendem poucos alunos”, o que nos remete a uma visão decorrente da

incompatibilidade existente, em algumas escolas, entre as expectativas depositadas neste profissional, o serviço que representa e a proposta real do AEE.

Dentre as expectativas mais comuns frente à atuação do professor da SRM, observamos a ideia de normalizar o aluno que apresenta algum tipo de deficiência, como também de assumir, individualmente, a responsabilidade frente a esse aluno. Paralelo, compreendem ainda que a função da SRM é desenvolver um trabalho substitutivo àquele que deveria acontecer na sala comum, isto é, se o aluno não está alfabetizado, à SRM compete alfabetizá-lo.

Está muito presente a visão da SRM, enquanto ambiente de reforço escolar e de atendimento restrito ao espaço físico da sala de recurso. Assim, o atendimento não vem ocorrendo no contraturno, conforme orientam as diretrizes, em função do não entendimento da proposta desse serviço, como também da não responsabilização da escola como um todo frente às necessidades dos alunos e da visão de não pertencimento da SRM como parte integrante da escola. Esse olhar resulta na falta de articulação entre os profissionais da instituição e da não valorização desse apoio, por parte dos pais, que por vez, deixam de levar seus filhos no contraturno das aulas.

Conforme destaca Braun (2011, p. 3), o AEE implica em “uma rede de saberes entre os profissionais envolvidos com esses alunos, pois todos precisam ter a condição de compartilhar e conhecer os caminhos que são necessários para o aluno aprender e se desenvolver”. A Sala de Recursos Multifuncionais se constitui num espaço referência, não sendo o único, mas parte integrante do AEE. Segundo Mazzota (1982, p. 48),

[...] Como o próprio nome diz, consiste em uma sala da escola, provida com materiais e equipamentos especiais, na qual um professor especializado, sediado na escola, auxilia os alunos excepcionais naqueles aspectos específicos em que precisam de ajuda para se manter na classe comum. O professor da sala de recursos tem uma dupla função: prestar atendimento direto ao aluno e indireto através de orientação e assistência aos professores da classe comum, às famílias dos alunos e aos demais profissionais que atuam na escola. Mediante esta modalidade de atendimento educacional, o aluno é matriculado na classe comum correspondente ao seu nível de escolaridade. Assim sendo, o professor especializado deve desenvolver o seu trabalho de forma cooperativa com os professores de classe comum.

Nesse sentido, nos anos de 1980, Mazzota (1982) vem abordar o serviço da sala de recursos, numa visão bem mais ampla, envolvendo o atendimento direto ao aluno, como também aos profissionais atuantes na instituição, o que demanda ações articuladas em todos os espaços da escola. Como destaca:

A colaboração entre o professor de classe comum e o da Sala de Recursos surge a partir do momento que ambos percebem que é através da relação de cumplicidade e ajuda mútua que o trabalho de inclusão de fato acontecerá. Porém é importante ressaltar que, essa cooperação deverá ocorrer sempre, pois ela é preconizada nas políticas públicas e essencial ao desenvolvimento do trabalho com o aluno com necessidades educacionais especiais (BÜRCKLE, 2010, p. 115).

O processo colaborativo se distingue de supervisões, orientações, aconselhamentos de profissionais, como também da responsabilização única do professor do AEE, tendo em vista que

[...] na medida em que o intercâmbio deve ser colaborativo, com ênfase no papel igualitário na contribuição para a resolução do problema, e na vontade de ambas as partes de estabelecer a parceria, sem a necessidade de imposições. O ensino colaborativo e a consultoria colaborativa são realmente potentes tanto para a resolução de problemas na escola, pedagógicos e/ou comportamentais, quanto para promover o desenvolvimento profissional e pessoal de todas as pessoas envolvidas (NUNES, 2008 apud BÜRCKLE, 2010, p. 94).

Sendo assim, entendemos que o trabalho do professor de AEE é abrangente e deve assumir um caráter de colaboração nos diversos âmbitos da escola, a fim de viabilizar o acesso dos alunos com deficiência ao conhecimento. Desse modo, não se refere exclusivamente ao trabalho direto com o aluno que apresenta deficiência ou outra necessidade educacional especial, mas se constitui numa ação complexa, articulada, de múltiplas interferências (BAPTISTA, 2011).

Diante dessas demandas, uma das barreiras encontradas no sistema regular de ensino, diz respeito a disponibilidade dos professores atuantes na SRM, que por vez não tem dedicação exclusiva na Rede Municipal de Ensino de Natal, e a falta de professores em um dos turnos de algumas escolas. Na busca de alternativas para minimizar essa questão, a Equipe de Educação Especial, discutiu com o grupo de professores que compõem as salas de recursos multifuncionais e adotou⁴ como estratégia para atingir tais objetivos, a partir do ano letivo de 2012, que:

- Professor com 40 horas: além dos atendimentos individuais ou em grupo na SRM, deveriam priorizar também a observação às necessidades específicas do aluno em sala de aula comum,

⁴Essa orientação já existia em anos anteriores (2010 e 2011), entretanto, em função da não efetivação no cotidiano escolar, foi retomado nas formações, em 2012, em conjunto com os professores das SRMs, a fim de firmar o compromisso de todos.

participar do planejamento, orientar o professor e acompanhar utilização das estratégias/recursos em sala de aula;

- Professor com 20 horas: firmar parceria com o professor da SRM do contraturno para mediar o repasse das dificuldades encontradas pelo aluno na sala de aula comum, participar do planejamento e orientação ao professor, acompanhar a utilização das estratégias/recursos em sala de aula;

- Professor com 20 horas na escola em que apenas um turno da SRM funciona: Firmar parceria com o coordenador pedagógico do contraturno para mediar: o repasse das dificuldades encontradas pelo aluno na sala de aula comum, participar do planejamento e orientação ao professor, acompanhar a utilização das estratégias/recursos em sala de aula.

Considerando essas especificidades, o assessoramento pedagógico da Equipe de Educação Especial junto às escolas ocorre em colaboração, com vistas a discutir a organização de momentos na própria instituição com os profissionais envolvidos, a fim de compartilhar a proposta do projeto da Sala de Recursos Multifuncionais, o trabalho desenvolvido, as atribuições do profissional atuante, o público atendido, entre outras questões que venham emergir acerca da temática, como forma de estabelecer um trabalho colaborativo com todos os responsáveis pelo processo de ensino e aprendizagem dos alunos que apresentam algum tipo de deficiência.

Para estimular a implicação dos demais profissionais atuantes na escola foi orientado que a matrícula dos educandos no Atendimento Educacional Especializado seja realizada pela secretaria da escola, possibilitando que essas informações estejam acessíveis a todos que compõem a instituição, não se restringindo apenas ao profissional do AEE.

No que se refere aos dias de atendimentos, quatro são direcionados ao aluno e um se destina ao planejamento das estratégias e recursos diante das necessidades específicas dos alunos, para a discussão junto à coordenação da escola, como também articulação com os profissionais especializados que atendem aos alunos e investimento na formação continuada. De maneira que semanalmente, esse professor está na escola e mensalmente participa de um curso de extensão, promovido pela Secretaria Municipal de Educação, através da Equipe de Educação Especial, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grandes do Norte, como mais uma ação para ampliar a construção de práticas inclusivas na escola, tendo em vista que, inclusão

[...] não é algo que se consiga por um “passe de mágica”, requer planejamento, aceitação das diferentes maneiras de ser e de se expressar de cada educando, assim como uma reflexão permanente sobre as práticas empreendidas na escola, visando a oferta de respostas adequadas às suas necessidades(MARTINS, 2006, p. 24).

Trata-se, portanto, de um projeto novo, o qual vem desafiando-nos a construção das práticas educativas, o que implica em investimento na formação continuada dos professores atuantes no AEE. Logo, o Curso de Aperfeiçoamento que faz parte da Política de Formação Continuada desenvolvida pela Equipe de Educação Especial do Município de Natal/RN, objetiva capacitar o grupo de professores para o Atendimento Educacional Especializado oferecido aos alunos com deficiência - intelectual, auditiva, visual, física e múltiplas; transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Visando combater a “[...] proposição de acionar espaços de ‘preparação para a aprendizagem’ que podem reproduzir a lógica das antigas classes especiais ou de miniclínicas” (BAPTISTA, 2013, p. 48), para atender as necessidades formativas dos professores atuantes no AEE, o curso de formação foi organizado contemplando as seguintes temáticas: A SRM e suas diretrizes; Assessoramento pedagógico: papel do professor da SRM na escola; Currículo um elemento favorecedor do processo inclusivo; Avaliação escolar do aluno com deficiência: desafios e possibilidades; AEE: Colaboração entre professores da SRM e professores de sala de aula regular no atendimento à educandos com TGD; AEE: Colaboração entre professores da SRM e professores de sala de aula regular no atendimento à educandos com deficiência auditiva/surdez; AEE: Colaboração entre professores da SRM e professores de sala de aula regular no atendimento à educandos com deficiência visual/baixa visão; SRM: uma reflexão acerca das contribuições e desafios no processo inclusivo.

Vale ressaltarmos ainda que uma proposta de Formação Continuada dos professores das SRMs foi iniciada em 2009 com o ingresso de vários professores nessas salas de atendimento. Entretanto, apenas a partir de 2011 a formação passou a ocorrer de forma mais sistemática, contemplando temas específicos, contando com a participação de profissionais de outras instituições, bem como foi assumida, em 2012, como Projeto de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, através da Base de Pesquisa sobre Educação de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, no intuito de consolidar conhecimentos específicos da área da educação especial, mas também possibilitar a tais profissionais [...] “compreender que espaços precisam ser planejados, organizados e coordenados por processos de gestão que os assumam imbricados dialeticamente” (JESUS; ALVES, 2011, p. 23).

A partir do ano de 2012, foi orientado o investimento na construção do Plano de Atendimento Educacional Especializado, orientado pelo Ministério da Educação, com vistas a identificar as características, habilidades e possibilidades do aluno, as dificuldades enfrentadas frente ao acesso curricular, para assim subsidiar a escolha de objetivos claros e pontuais passíveis de serem alcançados pelos alunos, prever as atividades para atingir tais objetivos, recursos necessários, colaboradores, critérios de avaliação e reestruturação conforme as respostas alcançadas.

Nessa perspectiva, acreditamos que para o atendimento educacional especializado oferecido nas salas de recursos multifuncionais se efetive a partir de uma perspectiva mais ampla de atendimento aos alunos e aos profissionais que atuam com eles, faz-se necessário que toda comunidade escolar se responsabilize pelos educandos em geral, especialmente por aqueles que necessitam – temporária ou permanentemente – desse serviço, somando esforços para propiciar condições favoráveis à aprendizagem e ao desenvolvimento.

Trata-se, portanto, de conceber o AEE, enquanto apoio à escolarização dos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, apontando para a Educação Especial, “[...] a necessidade de produção de conhecimento que articule o atendimento às especificidades dessa população à educação geral, de modo a superar a perspectiva clínica de atendimento historicamente construída (JESUS; ALVES, 2011, p. 23)”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do processo de implantação das Salas de recursos multifuncionais e a formação continuada ofertada a esses profissionais no município de Natal/RN, percebemos que se faz necessário garantir o acompanhamento efetivo através do trabalho coletivo e do estabelecimento de uma cultura de colaboração e de valorização da pluralidade e diversidade humana, tão presente na escola.

Nessa relação de envolvimento de todo o seguimento escolar, consideramos que um dos caminhos para efetivação e avanços nesse serviço está na figura do coordenador pedagógico, como mobilizador da educação continuada no contexto escolar, por meio de processos coletivos de planejamento, organização e desenvolvimento de uma ação pedagógica que atenda à diversidade.

Sendo, portanto, imprescindível a discussão na própria escola, acerca do direito à educação dos alunos com deficiência, tendo em vista que a partir da compreensão desse direito, que não pode ser negado a ninguém, os profissionais envolvidos no processo tem a possibilidade de exercer sua função social diante da formação dos cidadãos, estabelecer parcerias e assumir sua responsabilidade frente a aprendizagem dos alunos.

Esse posicionamento implica também na construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico da escola, no que se refere ao papel da SRM no contexto inclusivo, considerando seu lugar de apoio colaborativo na organização de estratégias e recursos que intervenham diante das dificuldades encontradas em sala de aula comum e potencializem a participação dos alunos no espaço educativo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira et al. **Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Brasília: MEC, 2006.

BAPTISTA, Claudio Roberto. Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. **Rev. bras. educ. espec.** 2011, vol. 17, p. 59-76.

_____. Ação pedagógica e educação especial: para além do AEE. In: JESUS, Denise Meyrelles de; et al. **Prática Pedagógica na Educação Especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado**. São Paulo: Junqueira&Marin, 2013, p. 43 - 62.

BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº- 13, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a criação do "Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais". Brasília. MEC/SEESP, 2007. Disponível em:<portal.mec.gov.br/index>. Acesso em: 10 ago. 2013.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____,Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 04, de 02 de outubro de 2009**. Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica – Modalidade Educação Especial. **Diário Oficial da União**.Brasília, nº 190, 05 de outubro de 2009. Seção 01, p. 17.

_____,Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial.**Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais**. Brasília, 2010.

BERSCH, Rita de Cássia Reckziegel. **Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado**. UFC, 2010 (Intervenção realizada ...).

BRAUN, Patrícia. O atendimento educacional especializado e a escola básica: pontos e contrapontos da proposta. In: VI Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial: Prática Pedagógica na Educação Especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado, 4., 2011, Nova Almeida. **Anais...** Nova Almeida, 2011. CD-ROM.

BÜRKLE, Thyene da Silva. **A Sala de Recursos como suporte à Educação Inclusiva no Município do Rio de Janeiro**: das propostas legais à prática cotidiana. 2010. 147f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

JESUS, Denise Meyrelles de; ALVES, Ernesto Pantaleão. Serviços educacionais especializados: desafios à formação inicial e continuada. In: CAIADO, Katia Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles de; BAPTISTA, Claudio. Roberto. **Professores e educação especial**: formação em foco. Porto Alegre: Mediação, 2011, p. 17 – 28.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **Inclusão**: compartilhando saberes. Petrópolis: Vozes, 2006.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Fundamentos da educação especial**. São Paulo: Pioneira, 1982.

ROPOLI, Edilene Aparecida; et.al. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial: Universidade Federal do Ceará, 2010.